

E agora, BRASIL?

análise, opinião e bate-papo

O GLOBO



HORIZONTE TRIBUTÁRIO

REFORMA DARÁ 'CHOQUE' DE 20% NO PIB, PREVÊ HADDAD

A pontada como prioridade na agenda econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma tributária pode gerar um "choque" positivo na economia brasileira capaz de elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do país em até 20% em 15 anos. O potencial foi apresentado na segunda-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convidado da primeira edição de 2023 da série de debates "E agora, Brasil?", realizada pelos jornais O GLOBO e Valor, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas Federações.

A reforma do sistema de impostos no Brasil foi o principal tema do evento, em Brasília, mediado pela colunista do GLOBO Míriam Leitão e pelo chefe da Redação do Valor em Brasília, Fernando Exman. É antigo o consenso de que a confusa estrutura de arrecadação tira competitividade das empresas, penaliza investimentos, gera insegurança jurídica e distribui de forma desigual o peso dos impostos entre ricos e pobres. No entanto, o impasse sobre como mudar isso perdura há anos.

Na conversa de quase uma hora e meia, Haddad afirmou que há condições políticas agora para avançar no Congresso. Ele previu para junho ou julho a votação na Câmara e até outubro no Senado e destacou o bom relacionamento com os presidentes das duas Casas, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), desde a transição.

A ideia é focar nos impostos sobre o consumo nessa primeira etapa da reforma, unificando os tributos federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS em um só imposto sobre valor agregado (IVA). A proposta de emenda constitucional (PEC), que deverá sair da fusão de duas que já estão em tramitação, precisa de três quintos dos votos dos parlamentares. Após regulamentação, entraria em vigor a partir de 2025.

O governo vê no sistema tributário atual um dificultador do crescimento econômico e do desenvolvimento social do país. O ministro apontou as



Desafio político e econômico. O ministro Fernando Haddad fala sobre os planos do governo para modernizar o sistema tributário do país no "E agora, Brasil?", entre Míriam Leitão e Fernando Exman

principais diretrizes para a reforma: justiça tributária, progressividade, simplificação e transparência. E citou estimativas compiladas pelo seu secretário extraordinário para a reforma, Bernard Appy, um dos maiores especialistas no assunto no país, que apontam um aumento de até 12% no PIB em 15 anos, num cenário conservador, e de até 20%, em uma previsão mais otimista, somente com a simplificação do sistema.

— O choque de eficiência que ela vai dar na economia brasileira, não é possível estimar neste momento, de tão grande que será. Fala-se de 10% a 20% de choque no PIB, mas eu penso que vamos facilitar muito a vida dos investidores, dos trabalhadores e do poder público com essa reforma.

SITUAÇÃO 'CAÓTICA' NO ICMS

Haddad defendeu a reforma como importante não só para a União, mas também para estados e municípios. Classificou a situação do ICMS como "caótica" para os investidores, já que o tributo estadual é campeão de litígios tributários:

— A quantidade de impostos pagos na fase de investimentos é (como) punir o investidor, o exportador, o industrial, as famílias de baixa renda. Além de tudo, está punindo o próprio



"Quando você põe na ponta do lápis, afasta os fantasmas. Haverá uma transição de 40 anos, para garantir que o ajuste é na margem, garantindo que o impacto na eficiência da economia seja muito mais rápido que o impacto redistributivo pelos entes federados"

"A quantidade de impostos pagos na fase de investimentos é (como) punir o investidor, o exportador, o industrial, as famílias de baixa renda. Além de tudo, está punindo o próprio poder público"

"A reforma vai colocar fim a um enorme conflito distributivo no país"

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

poder público, dada a litigiosidade dos tributos.

Ex-prefeito de São Paulo, Haddad concorreu à Presidência em 2018 e ao governo paulista pelo PT no ano passado. Ele indicou que tem se dedicado não só à costura política da reforma no Congresso, mas também ao diálogo com governadores, prefeitos e representantes de setores econômicos para vencer resistências. Dispõe de ao menos um dia na semana para encontros sobre o tema e acena com uma transição de "longuíssimo prazo" para acomodar impactos da reforma sobre quem paga e arrecada impostos. Ele defendeu que a alíquota do novo imposto sobre consumo seja recalibrada ao longo do tempo:

— Quando você põe na ponta do lápis, afasta os fantasmas. Haverá uma transição de 40 anos, para garantir que o ajuste é na margem, garantindo que o impacto na eficiência da economia seja muito mais rápido que o impacto redistributivo pelos entes federados.

Além dos princípios da proposta do governo, o ministro também apontou o que não estará na reforma. Descartou uma nova CPMF — o imposto sobre transações financeiras cuja ideia de recriação descreveu como um dos motivos para o fracasso da reforma por-

posta pelo governo de Jair Bolsonaro — e mudanças no Simples Nacional, sistema especial de tributos para micro, pequenas e médias empresas.

EFEITO NEUTRO

Haddad argumentou que a reforma da taxa do consumo, que tem maior impacto sobre os mais pobres, é também uma forma de dar progressividade ao sistema tributário, criando as condições para avançar em seguida numa revisão dos impostos sobre a renda. Mas frisou que o objetivo do governo é ter uma reforma neutra do ponto de vista da arrecadação, sem aumentar a já alta carga tributária do país:

— Não pretendemos aumentar imposto sobre consumo porque, no Brasil, já é muito alto. Deveríamos planejar na médio e longo prazo a mudança na cesta de tributos, que deveria recair mais sobre renda e menos sobre consumo.

Para José Roberto Tadros, presidente da CNC, que reúne empresas de comércio e serviços, a reforma precisa considerar especificidades:

— A reforma tributária é necessária. Mas, para ser efetiva, precisa ter como premissas a simplificação, a não cumulatividade e a diferenciação das alíquotas setoriais e regionais. Não há como pensar em uma

reforma sem considerar as especificidades, por exemplo, do setor de serviços, que é um grande gerador de empregos, mas gera menos créditos tributários em sua cadeia produtiva do que outros segmentos, pois seu principal insumo é justamente a mão de obra.

Em uma semana decisiva para o governo na economia, Haddad também falou no evento sobre a definição da nova regra de controle das contas públicas em substituição ao atual teto de gastos, riscos internacionais e a política de juros contra a inflação no Brasil.

— O evento acabou acontecendo numa semana quente, com o arcabouço fiscal e a crise externa. Ele falou bastante da pauta, que era a reforma tributária, mas não fugiu dos outros temas — avaliou Míriam Leitão.

Exman afirmou que o evento foi fundamental para o ministro apresentar a sua visão da reforma, cujo debate no Congresso se intensifica agora:

— Também tivemos a rara oportunidade de ouvir o que ele pensa a respeito de temas pouco abordados no dia a dia, como sua visão sobre a meta de inflação. E sem deixar de lado os temas mais quentes, como o atual patamar dos juros e as recentes turbulências na economia americana.

Em que pé está a proposta

Unificação: A reforma pretende unificar cinco tributos em um só. Os federais PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) se somam ao estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e ao municipal Imposto sobre Serviços (ISS) para formar um único imposto sobre valor agregado (IVA), que se chamará Imposto

sobre Bens e Serviços (IBS).

Fusão de PECs: O governo propõe a fusão de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que já tramitam: a PEC 45, na Câmara, e a PEC 110, no Senado. A diferença principal entre elas é que a 45 prevê um IVA de alíquota única, com recursos divididos

entre União, estados e municípios, e a 110 propõe um IVA dual, com a criação de dois impostos sobre consumo: um exclusivo da União e outro repartido entre estados e municípios. Um grupo de trabalho com 12 deputados foi formado na Câmara para acelerar a avaliação dos dois projetos. O coordenador é Reginaldo Lopes

(PT-MG) e o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O que o governo quer: A equipe econômica, que dá apoio técnico à discussão no Congresso, aponta que o novo IVA deve ter alíquota em torno de 25% para manter a atual carga tributária. Quer eliminar benefícios tributários, embo-

ra admita a preservação do Simples e da Zona Franca de Manaus, e descarta a volta da CPMF.

Nós a desatar: As resistências vêm de setores econômicos que temem aumento de impostos e o fim de incentivos fiscais e de governadores e prefeitos preocupados com perda de receitas.

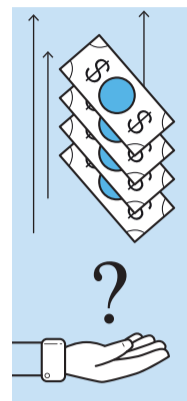
E agora, BRASIL?

O GLOBO



O PESO DOS IMPOSTOS

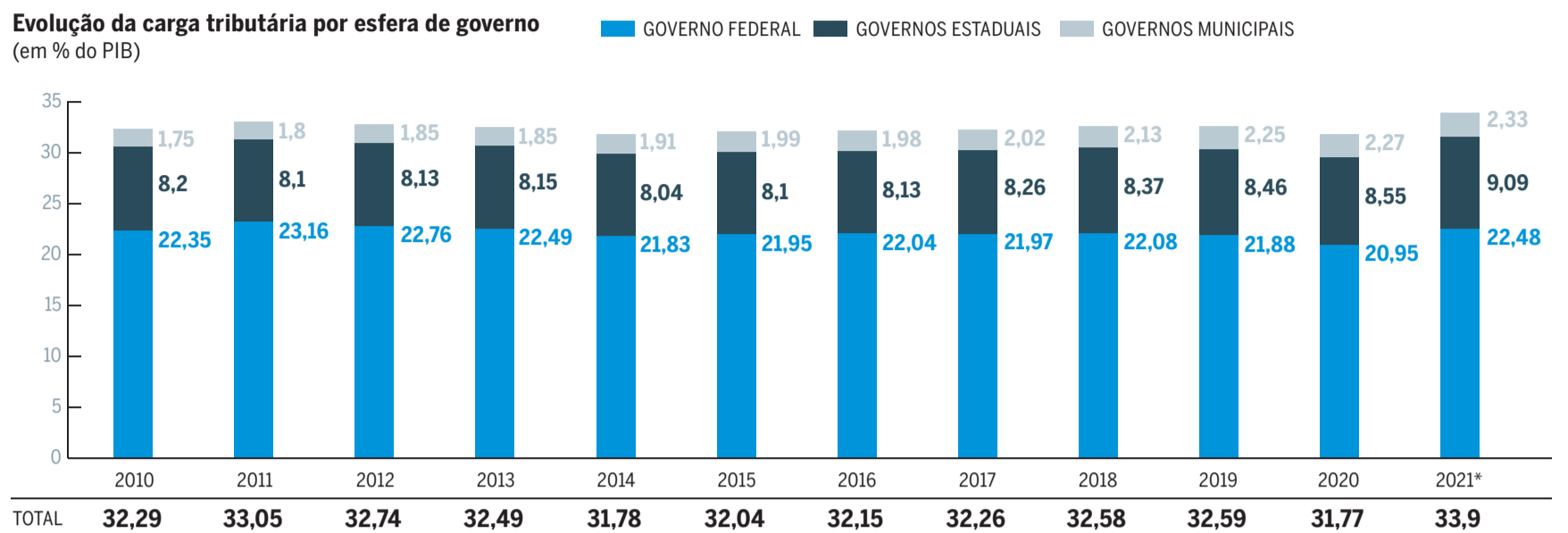
O governo quer aprovar no Congresso uma reforma neutra, que não altere a atual carga tributária do Brasil, que foi recorde em 2021*



O QUE É CARGA TRIBUTÁRIA?

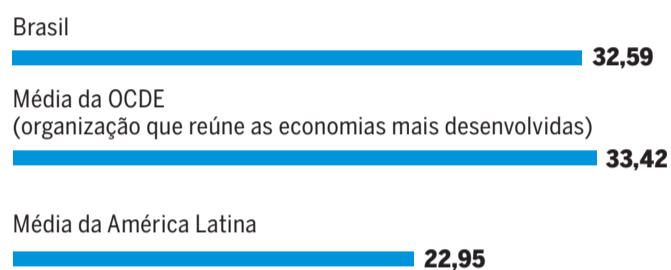
A relação entre a soma de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelos governos federal, estadual e municipal e o Produto Interno Bruto (PIB) expressa a parcela de recursos financeiros de cidadãos e de empresas que é direcionada ao Estado

Evolução da carga tributária por esfera de governo (em % do PIB)



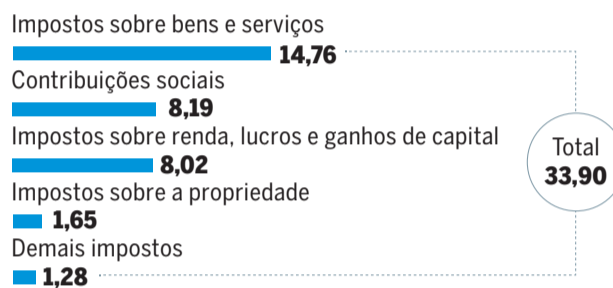
A carga tributária no Brasil está mais próxima da de países ricos que da de seus pares em desenvolvimento...

COMPARAÇÃO EM 2019* (em % do PIB)



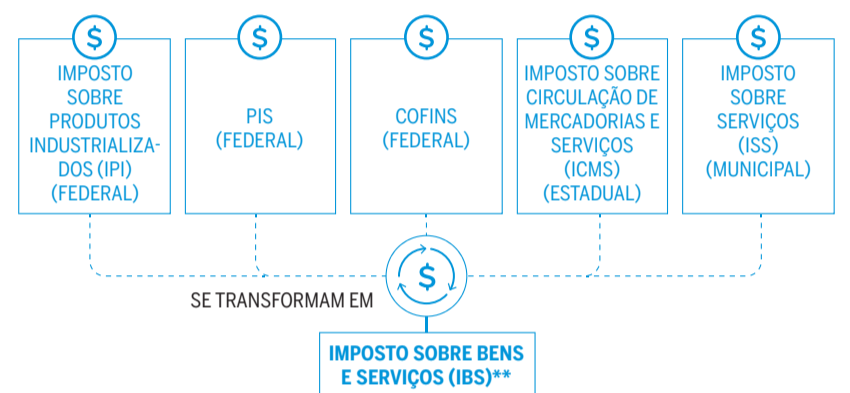
... e pesa mais sobre o consumo que sobre renda e patrimônio.

ESTRUTURA DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL, POR BASES DE TRIBUTAÇÃO EM 2021* (em % do PIB)

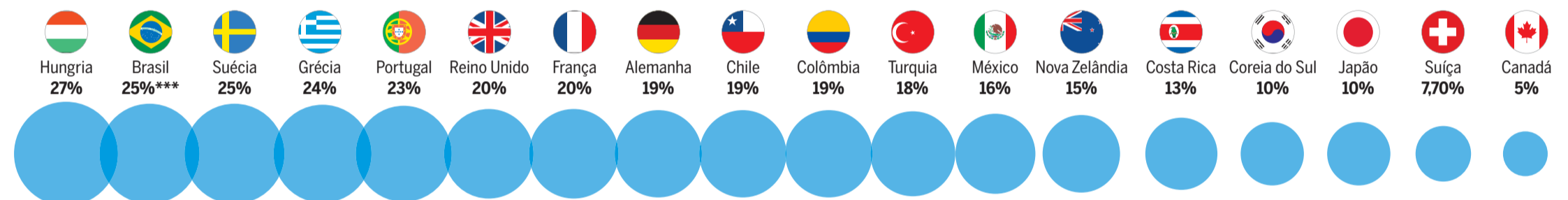


O que o governo quer mudar agora

A primeira etapa da reforma deve focar na unificação de tributos sobre bens e serviços em um novo imposto sobre valor agregado, que se chamará IBS



O GOVERNO ESTIMA QUE O IBS TERÁ ALÍQUOTA ÚNICA DE 25% SOBRE O PREÇO DE BENS E SERVIÇOS, O QUE SERIA UMA DAS MAIS ALTAS PARA UM IVA NO MUNDO



*Dado consolidado mais recente
**O IBS poderá ser um IVA dual, sendo um federal e outro partilhado entre governos estaduais e municipais, ou único, com os recursos distribuídos entre os três entes da federação
*** Estimativa

Editoria de Arte

DIÁLOGO COM SETORES E GOVERNOS

Haddad se diz atento às preocupações de líderes empresariais, prefeitos e governadores. Área de serviços vê risco de alta de até 188% na sua carga tributária. E agronegócio é contra oneração de alimentos com 'cashback' de impostos para os mais pobres

Para aprovar a reforma tributária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, começa a enfrentar um dos desafios que há décadas dificultam o avanço dela: as pressões setoriais e regionais relacionadas a interesses distintos que podem ser afetados pelas mudanças. Para o ministro, prazos longos de transição e o impacto positivo que a reforma terá sobre a economia como um todo mais que compensarão possíveis perdas.

— Ninguém pode usar como pretexto: “eu vou perder ou vou ganhar”, porque todos os prazos estão sendo calibrados justamente para que tenhamos uma aterrissagem e uma transição suaves — afirmou Haddad no “E agora, Brasil?”. — Reforma tributária é uma porção de chavinhas em que você está mexendo. Se você só olhar (e falar) “aqui eu vou perder” e não olhar para o que vai ganhar, vai inviabilizar a reforma.

Serviços e agronegócio estão entre os setores mais preocupados com o impacto da reforma. Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que a criação de

um IVA com alíquota entre 12% e 25%, como se discute no Congresso, pode levar a um aumento médio de 84% na carga tributária de 30 segmentos do setor de serviços, podendo superar 188% no de seleção, agenciamento e locação de mão de obra, por exemplo.

A Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) têm defendido junto a parlamentares e ao governo um tratamento diferenciado ao setor, para evitar elevação de carga tributária. O setor é contra a retirada de isenções tributárias de alimentos da cesta básica com um mecanismo de *cashback*, planejado pelo governo para devolver parte dos impostos às famílias mais pobres, e demanda a manutenção do crédito presumido como forma de apuração tributária, principalmente para pequenos produtores.

DÍVIDA DOS ESTADOS

Para Haddad, as preocupações dos setores não levam em consideração que os serviços ampliarão o acesso a créditos tributários. Sem citar setores específicos, ele afirmou no evento que a reforma “vai eliminar”



A favor. Governadores do Sul e do Sudeste reunidos no Rio apoiam a reforma tributária, mas cobram compensações

desonerações “completamente arbitrarias” e “que foram feitas com base no capitalismo de compadrio”.

Além das dificuldades para equilibrar demandas setoriais, o ministro enfrenta as preocupações regionais, mas se diz disposto a saná-las. Em carta entregue a Haddad na semana passada, os sete governadores do Sul e do Sudeste manifestaram “o compromisso em trabalhar em conjunto com o governo federal e com os municípios na aprovação de uma re-

forma tributária de base ampla, que aumente a eficiência econômica, por meio da simplificação das obrigações para os contribuintes e da adoção do princípio do destino”, ou seja, a tributação onde o produto é vendido e consumido. Mas também defenderam que a dívida dos estados com a União, cuja dinâmica consideram “insustentável”, seja renegociada “no bojo” da “tão urgente reforma tributária”.

Assim como vê espaço para consenso entre parlamenta-

res, o ministro da Fazenda identifica demonstrações no mesmo sentido de prefeitos e governadores. E cita como exemplo o acordo firmado na semana passada entre União e estados em torno das compensações de perdas com o ICMS como um sinal dessa boa vontade. Para aplacar o temor de perda de arrecadação nos estados com a redistribuição de receitas do IVA, que prevê a cobrança do imposto no destino e não na origem, Haddad afirmou que o governo federal es-

tá trabalhando em um fundo de desenvolvimento regional.

No âmbito municipal, os desafios são similares. Também na semana passada, após reunião com Haddad, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira, afirmou que “há consenso” entre as cidades de que as mudanças tributárias são necessárias, mas defendeu que é preciso considerar que são as prefeituras as responsáveis pelos serviços públicos mais próximos da população e não podem perder a arrecadação atual do ISS com a criação do IVA.

O ministro disse no evento que diversos fatores fazem com que o impacto não seja “tão significativo” para as cidades. Entre eles, o intervalo de 40 anos de transição que o governo pretende prever:

— Você tem dez mandatos (de prefeitos) pela frente para fazer o ajuste fino.

Segundo Haddad, a reforma ajudará até mesmo a reduzir as disputas jurídicas entre entes federativos em torno de impostos como o ICMS e o ISS:

— A reforma vai colocar fim a um enorme conflito distributivo no país, público-privado e público-público.

E agora, BRASIL?

O GLOBO



PRAZO MAIOR PARA META DE INFLAÇÃO

Ministro afirma que Brasil e Turquia são os únicos países a adotar ano-calendário como referência para a política monetária na estabilização de preços e diz que período mais longo, como é feito em outras economias, facilitaria a acomodação de 'choques'

Após dois anos consecutivos de descumprimento da meta de inflação no país, mesmo com a taxa básica de juros em 13,75% ao ano, patamar mais elevado desde 2017, ainda não está claro se o país vai conseguir chegar ao alvo de 3,25%, com tolerância de mais ou menos 1,5 ponto percentual. Analistas de mercado preveem 5,96% para este ano, segundo o boletim Focus, do Banco Central (BC).

No "E agora, Brasil?", o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou o fato de o país ser um dos poucos, juntamente com a Turquia, que persegue uma meta de inflação para o período de 12 meses do ano corrente e afirmou que uma possibilidade a ser avaliada com o BC é o alongamento desse horizonte, o que daria mais espaço para calibrar as taxas de juros sem restringir demais o crédito e comprometer o sistema financeiro e o crescimento da economia.

O ministro defendeu essa ideia como uma forma de dar à autoridade monetária tempo para acomodar "choques", como foram os provocados pela pandemia e a guerra da Ucrânia, que reverberam localmente e afetam todas as projeções de inflação. No entanto, ele não detalhou se uma proposta neste sentido será levada

ao Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece a meta de inflação.

— Todos os países que têm metas de inflação, com exceção do Brasil e da Turquia, perseguem a meta num horizonte de tempo relevante, mas que não são os próximos doze meses. Você alonga, sobretudo em momentos como este.

CREDIBILIDADE IMPORTA

Economistas ouvidos pelo GLOBO dizem que Haddad está correto quando afirma que o Brasil destoa de outras economias com meta a ser cumprida entre janeiro e dezembro. A Turquia tem um sistema igual ao brasileiro, mas não é um bom parâmetro. Vive um surto inflacionário após intervenção do governo nos juros. A maior parte dos países com metas de inflação adota um horizonte intermediário, de dois anos em média, para alcançar o objetivo e manter a estabilidade dos preços. Nos EUA, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) fixa uma média a ser perseguida num período de até dois anos. No Canadá, num intervalo de seis a oito trimestres.

O pesquisador associado do Ibre/FGV Ricardo Barboza observa que, na prática, o BC brasileiro já vem tomando decisões para fixar a taxa de juros



Exceção. O ministro Fernando Haddad, observado por Míriam Leitão e Exman: crítica ao sistema atual de metas do BC



"A inflação no Brasil castiga muito, a gente sabe que o poder de compra do trabalhador a gente tem de preservar"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

olhando um horizonte relevante além do ano-calendário:

— O BC já está considerando o efeito da política de juros sobre a inflação daqui a um ano e meio a dois anos. Isso não quer dizer que o nosso formato (de metas) está bom. Se temos meta de ano-calendário e o BC toma decisões considerando o horizonte relevante, estamos num formato que ainda parece distante do ideal.

Luis Otávio Leal, economista-chefe do Banco Alfa, con-

corda que a revisão de metas de inflação pode ser discutida, mas pontua que o mais importante é manter a credibilidade da política monetária. Para descartar vieses políticos, uma eventual mudança na meta de inflação teria que passar pela consolidação da autonomia do BC, criticada nos últimos meses pelo presidente Lula.

— A credibilidade da meta de inflação é uma consequência da credibilidade do banco central daquele país. Se o ban-

co central da Turquia, que é um dos únicos como o do Brasil que tem meta no ano-calendário, resolver fazer mudanças na meta, quem acreditaria na instituição se quem mandará é o (presidente Recep Tayyip Erdogan? — diz Leal.

No evento, Haddad avaliou que, apesar de ainda distante da meta, a inflação no país está "bem comportada" e que há espaço para reduzir os juros. Ele listou entre as medidas da equipe econômica para favorecer a queda da Selic o pacote fiscal para manter a arrecadação, incluindo a reestruturação parcial dos combustíveis (que tiveram impostos federais zerados no último ano do governo Bolsonaro), e a antecipação do desenho da nova regra fiscal que vai substituir o teto de gastos (que limita o crescimento das despesas à inflação). A proposta que será enviada ao Congresso já está pronta, afirmou Haddad, e deve ser apresentada ao presidente Lula ainda nesta semana.

Para ele, a definição da nova âncora fiscal, que afeta a elaboração do Orçamento de 2024, trará um impacto fiscal "infinitamente mais relevante" que uma revisão de metas de inflação. Essa é uma ideia a que ele não se opõe, mas defende que seja técnica e feita "sem ruído e com tranquilidade".

'DESENROLA' TERÁ CRÉDITO TRIBUTÁRIO COMO INCENTIVO

Fernando Haddad revelou que o programa que o governo Lula está desenhando para renegociar dívidas de pessoas físicas vai usar créditos tributários para garantir as operações de inadimplentes com renda acima de dois salários mínimos. Chamado de

Desenrola, o programa criará condições especiais para que pessoas recuperem capacidade de crédito.

O programa negociará descontos das dívidas, que serão pagos com empréstimos tomados junto a bancos. Haverá um fundo garantidor, com

R\$ 10 bilhões do Tesouro, para viabilizar operações para quem recebe até dois salários mínimos. Isso garante juros mais baixos, já que o risco de calote é coberto. Acima dessa faixa de renda, o governo vai usar créditos devidos aos bancos num modelo similar.

— Isso está previsto na medida provisória que apresentamos para o presidente — disse, acrescentando que prepara outras medidas para aprimorar o crédito no país. — O alcance pode ser muito grande.

Os bancos acumulam créditos quando pagam tributos an-

tecipadamente por conta de financiamentos que, no futuro, deixam de ser pagos pelo tomador do empréstimo. Esse crédito poderá ser usado como garantia no Desenrola, permitindo uma antecipação dos valores no balanço do banco.

Haddad já disse que o gover-

no trabalha para renegociar R\$ 50 bilhões devidos por 37 milhões de endividados que ganham até dois salários mínimos, mas há interesse de instituições financeiras e empresas de também incluir devedores de renda mais alta no sistema operacional que está em desenvolvimento. Segundo ele, há no país R\$ 430 bilhões protestados, referentes a 72 milhões de CPFs.

HADDAD ALERTA PARA 'LIMITE' DOS JUROS

Ministro considera grave o caso SVB, mas diz que o Brasil não é vulnerável

Num momento de juros altos em todo o mundo contra a inflação global, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, usou a quebra do americano Silicon Valley Bank (SVB), que abalou os mercados financeiros nesta semana, para chamar a atenção para o que considera um limite prudencial para a política monetária contracionista.

A crise bancária nos EUA e seu impacto na concessão de crédito levou analistas a prever o início de uma redução das taxas de juros na maior economia do mundo e também no Brasil. Para Haddad, o risco de não seguir esse limite é desorganizar sistemas financeiros: — Qual o limite prudencial

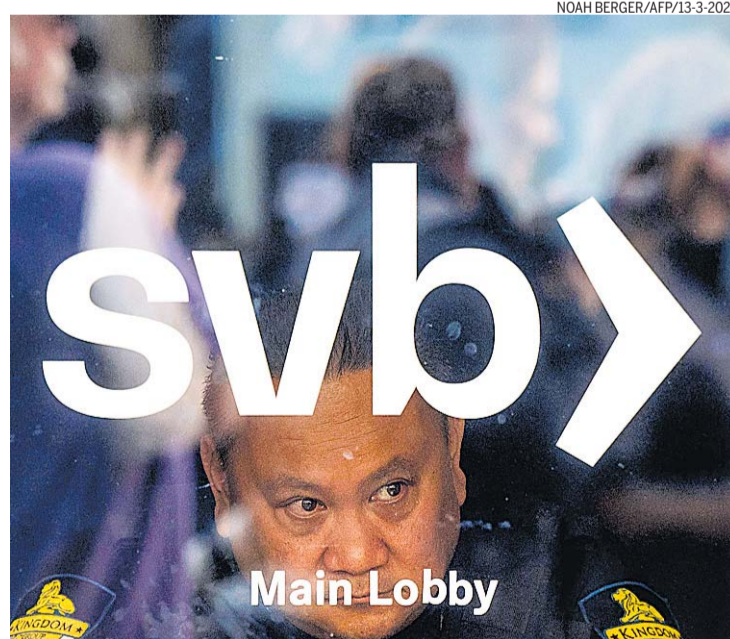
para aumentar juros sem desorganizar a economia como um todo? A quebra deira que pode advir de um descasamento das carteiras e tudo mais. E aí tem setores dizendo que vai chegar uma hora que vai esbarrar nesse limite.

SISTEMA 'ROBUSTO'

O presidente Lula tem sido um crítico da atual política de juros do Banco Central (BC), que mantém a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano desde o ano passado. Haddad compartilha da visão predominante no governo de que a redução dos juros é essencial para a retomada do crescimento da economia. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e fica no car-

go até 2024, por força da autonomia da instituição aprovada pelo Congresso em 2021.

Em sua participação no "E agora, Brasil?", Haddad apontou o colapso do SVB nos EUA como um exemplo dos problemas causados pelo descasamento da carteira de crédito de instituições financeiras em meio a altas acentuadas de juros. Ou seja, uma diferença entre a remuneração dos títulos que o banco tinha e a taxa de juros vigente. No entanto, o ministro avaliou que não há sinais de crise sistêmica, ainda que considere o caso "grave". Ele também reforçou que o sistema bancário brasileiro não está vulnerável e enalteceu a governança e regulação interna do setor financeiro no Brasil:



Abalo. Segurança olha pelo vidro de agência fechada do SVB na Califórnia

— Nós temos um sistema bancário que é muito robusto do ponto de vista de governança da sua regulação interna. A gente cumpre os acordos (de limites prudenciais) internacionais com folga. E eu penso que isso nos dá uma robustez muito grande.

O chefe da equipe econômica também disse que há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo,

mas que o Brasil está na contramão:

— Há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo. E há uma gordura no Brasil, que permite a nós, tomando as providências que estão sendo tomadas (pela equipe econômica) e reconhecidas pelo Banco Central em atas... Penso que temos um espaço (para baixar juros) que o mundo não tem.



"Há pouco espaço para aumento da taxa de juros no mundo. E há uma gordura no Brasil"

"Se harmonizarmos as políticas fiscal e monetária, podemos navegar em mares revoltos. Estamos preparados para qualquer cenário"

Fernando Haddad, ministro

Haddad também defendeu a necessidade de compatibilizar as políticas monetária, ou seja, a de juros do BC, com a fiscal, que envolve as contas do governo:

— Se nós harmonizarmos as políticas fiscal e monetária, nós podemos ancorar e navegar em mares internacionais revoltos. Eu penso que nós estamos preparados para qualquer cenário.

CNC reitera apoio à reforma tributária

Confederação defende sistema moderno e racional que contemple todas as atividades da economia, com simplificação de impostos e sem prejuízos a setores como o de serviços

O compromisso do governo federal e a disposição do Congresso Nacional em aprovar a reforma tributária, depois de muitas idas e vindas, renovaram a expectativa pela construção de um sistema moderno, racional, com menos burocracia e respeitando as realidades setoriais e regionais. Os próximos meses serão decisivos para discutir e votar as mudanças.

Nesse cenário, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mantém participação ativa no debate e entregou ao Poder Executivo e aos parlamentares um conjunto de prioridades do empresariado, como contribuição ao texto que será votado na Câmara e no Senado.

A CNC entende que a simplificação tributária é a base da reforma, somada a outros dois pilares: não cumulatividade e diferenciação de alíquotas setoriais e regionais, de acordo com as realidades específicas.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, é preciso garantir que nenhum setor seja prejudicado:

— A reforma tributária é extremamente importante e necessária para o crescimento do país. No entanto, não é justo o aumento da carga tributária sobre o setor de serviços, que responde por 37% da força de trabalho no Brasil e gerou 55% dos empregos formais depois da pandemia. A CNC prima pela harmonia entre os setores da atividade econômica.



“A reforma tributária é extremamente importante e necessária para o crescimento do país”
JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente da CNC

Um segmento não pode ser desonerado em detrimento de outro. Precisamos chegar ao consenso que traga melhorias para toda a sociedade brasileira.

Um efeito direto da simplificação dos tributos será a redução da informalidade e da sonegação fiscal. Consultor econômico da CNC, Gilberto Alvarenga destaca a importância de regras padronizadas para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cobrado pelos entes da Federação:

— Possuímos um emaranhado de leis e uma sobreposição de cobranças de União, estados e municípios. Essa complexidade precisa ser equalizada

para facilitar a vida do empreendedor.

Alvarenga explica que as alíquotas setoriais também são essenciais para que a reforma de fato propicie a retomada da economia. O setor de serviços não pode ser penalizado por uma alíquota única:

— Uma tributação inflexível, com uma alíquota para todas as atividades, acaba sendo simples, porém, desigual.

Outro ponto apontado pela CNC é que o texto deixe clara a não cumulatividade plena, com creditamento amplo, garantindo crédito sobre custos e despesas.

— A nossa intenção é apoiar a reforma, contri-

buindo com ajustes que contemplem empreendedorismo, sustentabilidade empresarial, segurança jurídica, geração de emprego e renda — afirma a diretora de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus Vieira.

O vice-presidente Financeiro da Confederação, Leandro Domingos, preocupa-se com a competitividade de micro e pequenas empresas:

— O principal desafio é que a reforma tributária não represente aumento de imposto para nenhum setor.

Ao receber as propostas da CNC, o coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da reforma tributária

na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), defendeu a “diminuição e simplificação de impostos”:

— O nosso objetivo é criar um ambiente favorável ao investimento e ao empresário para gerar riqueza ao povo brasileiro.

Acesse o documento “Premissas de uma Reforma Tributária” na íntegra:



Alíquota unificada prejudica serviços, diz pesquisa

Impostos sobre locação da mão de obra, vigilância e aluguel de imóveis aumentariam em até 188%

Uma alíquota única do Imposto de Valor Agregado (IVA) para todas as atividades da economia parece simples, mas seria extremamente prejudicial ao setor de serviços, com aumento de carga tributária de até 188%, como aponta pesquisa realizada pela Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC.

Propostas em discussão no Congresso mencionam alíquotas de impostos unificados que variam de 12% a 25%.

O estudo da CNC analisou o impacto da alíquota

única de 12% em 30 segmentos do setor de serviços e concluiu que o aumento médio na carga tributária seria de 84%, considerando os tributos federais.

Como o setor de serviços é o maior empregador do país, a alíquota uniforme teria impacto direto nas vagas de trabalho.

A explicação para impacto tão negativo é que serviços dependem de muita mão de obra, mas, ao contrário dos demais setores, utilizam menos insumos e, com isso, acumulam menos créditos tributários

para abater no imposto a ser pago. Pela apuração do IVA, não teriam os mesmos créditos das outras atividades e acabariam pagando mais tributos.

— O peso dos impostos pode quase dobrar, é um desestímulo à empregabilidade, já que, quanto mais o serviço depende de pessoas para ser prestado, maior seria a carga tributária. Penalizar esse ramo seria prejudicial para toda a economia, porque atinge os empregos, os salários e o valor cobrado pelo serviço — alerta o diretor



de Economia e Inovação da CNC, Guilherme Mercês.

O segmento de seleção, agenciamento e locação de mão de obra poderia ser o maior prejudicado pela alíquota única, aponta a pesquisa. Em seguida, seria o de serviços para edifícios e atividades paisagísticas, responsável, por exemplo, pela terceirização de trabalhadores de limpeza. O serviço de segurança, vigilância e transporte de valores teria ampliação da carga tributária de 163%. Já o de compra, venda e aluguel de imóveis próprios teria aumento de quase 143%.

ALÍQUOTA UNIFICADA NOS SERVIÇOS

Veja os segmentos em que o impacto seria de mais de 100%



Atividades recreativas e culturais
100,07%



Serviços pessoais
108,74%



Correio e outras atividades de entregas
109,27%



Serviços auxiliares da agricultura, de pecuária e da produção florestal
115,15%



Agências de notícias e outros serviços de informação
125,31%



Atividades de ensino continuado
125,32%



Serviços auxiliares, financeiros, dos seguros e da previdência complementar
126,33%



Serviços técnico-profissionais
135,29%



Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis
142,43%



Serviços de escritório e apoio administrativo
143,20%



Compra, venda e aluguel de imóveis próprios
143,66%



Serviços de investigação, vigilância, segurança e transporte de valores
163,57%



Serviços para edifícios e atividades paisagísticas
172,81%



Seleção, agenciamento e locação de mão de obra
188,51%